

UM INSTRUMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: o sistema PDAM em Dourado (SP) e Entre Rios de Minas (MG)

Malimíria Norico Otani¹
Nelson Batista Martin²
José Alberto Ângelo³
Everton A. P. Ferreira⁴
Carlos Paulo Cavasin⁵
Carlos Eduardo Fredo⁶

1 - INTRODUÇÃO

Como a agricultura é um dos principais agentes propulsores do desenvolvimento comercial e dos serviços nos pequenos e médios municípios, a implementação de um Plano Diretor Municipal, em que a agricultura seja considerada uma das prioridades, constitui o caminho a percorrer para o desenvolvimento econômico-social desses municípios. É neste contexto que se coloca a proposta em questão que é a de orientar a ação em nível municipal a partir de um Plano Diretor, de onde deriva o Plano Diretor Agrícola, que não envolve apenas as questões rurais, mas também as atividades que a elas estão relacionadas, assim como os aspectos regionais que muitas vezes estão associados ao desenvolvimento da agricultura local.

Mas, a formulação de um Plano Diretor Agrícola se defronta com a dificuldade de se dispor de informações que permitam organizar um diagnóstico detalhado, com o objetivo de se construir cenários futuros para a agricultura municipal, do qual deverão derivar projetos de ação procurando provocar mudanças na economia rural local.

A ausência de estatísticas básicas consistentes configura-se como uma deficiência crônica no País, e a situação apresenta-se, em geral, ainda mais problemática nos municípios, dada a escassez de recursos financeiros e humanos. A falta de informações organizadas torna-se evidente na elaboração de projetos que considerem as características locais. Em geral, os dados são desatualizados e/ou agregados de forma que os tornam pouco representativos. Esta falha decorre principalmente do fato de não haver suporte técnico e de infra-estrutura para que os municípios elaborem seus próprios bancos de dados organizados e consolidados, que levem à realização de planos diretores, em que se priorizem projetos de desenvolvimento, considerando-se as especificidades municipais.

Esta situação torna-os dependentes dos bancos de dados externos e deixa-os sujeitos à política de outras esferas administrativas para ter acesso às informações de seu próprio interesse.

A partir dessa referência e do pressuposto que a democratização do acesso às informações é primordial para o fortalecimento do poder local, elaborou-se o Sistema PDAM - Sistema de Suporte à Elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal. Trata-se de um instrumental que organiza as informações municipais e permite subsidiar os técnicos do próprio município a consolidarem um banco de dados agrícola, articulando com a comunidade local a elaboração do plano diretor, e decidindo qual caminho percorrer para atingir o desenvolvimento social e econômico. O diagnóstico fundamentado em dados fidedignos e atualizados possibilita que as lideranças locais implementem políticas públicas ajustadas às reais necessidades do setor agrícola, poten-

¹Socióloga, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Analista de Sistema, Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica do Instituto de Economia Agrícola.

⁴Economista, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais.

⁵Engenheiro Agrônomo, Casa de Agricultura de Dourado, CATI.

⁶Engenheiro de Computação, bolsista da FAPESP, Instituto de Economia Agrícola.

cializando os escassos recursos do município, como também permite que as autoridades negociem recursos para o município, baseados em argumentos sólidos (MARTIN et al., 1998).

Fazendo-se uma retrospectiva verifica-se que a Constituição do Estado de São Paulo, bem como da República, estabelece no seu artigo 181 a obrigatoriedade da elaboração do plano diretor em todos os municípios, ressaltando, inclusive, a necessidade de esse plano abranger a totalidade do território municipal, ou seja, tanto o setor urbano quanto o rural (CONSTITUIÇÃO, 1989).

O plano diretor deve servir de instrumental para indicar caminhos e traçar rumos para o município. Avalia o potencial do município e, a partir desse conhecimento, estabelece objetivos, prioridades e diretrizes estratégicas e globais, que orientam a adoção imediata de providências concretas para a consecução dos resultados almejados (MONTEIRO, 1990, v.1).

A formulação de um plano diretor é um instrumento de ação do poder municipal, ao lado dos demais, como o plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual. O plano diretor possibilita considerar o planejamento como uma visão de longo prazo, para viabilizar a democratização das decisões nele contidas e assegurar a continuidade administrativa (MARTIN et al., 1998).

No País é inexpressivo o total de municípios que conseguiu consolidar um plano diretor e um planejamento de ação de desenvolvimento rural. Apesar de esta determinação estar explícita na Constituição, a realidade é que as políticas públicas implementadas no País até um passado bastante recente mostram que os resultados alcançados são pouco expressivos e pouco beneficiam a população-alvo desta política.

Várias são as causas deste problema, entre outras, o fato de as políticas serem colocadas para o País como um todo, sem considerar as especificidades e as necessidades de cada região. Este processo é agravado com a ausência de acompanhamento e fiscalização das ações pela população a ser atingida, o que deixa uma lacuna, com a locação menos eficiente dos recursos públicos. A fraca participação da população está relacionada, principalmente, à inexistência de uma metodologia de ação e de estímulo ao envolvimento da comunidade a ser atingido no processo de intervenção. Ainda é tênue a consciência da importância, da força do instrumento

que é a organização comunitária, a importância da ação nos bairros, nos municípios, nos chamados espaços locais, ou espaço da vida (DOWBOR, 1994/1996).

Também há o reconhecimento das instituições financiadoras de que os melhores programas sociais do mundo não chegam aos seus beneficiários porque falta aos governos e às organizações de suporte ao desenvolvimento maior contato com organizações comunitárias locais. Por pressão de fontes financiadoras internacionais - que vêm divulgando as avaliações de resultados em que constataram o baixo retorno dos recursos aplicados com indicadores econômicos e sociais desanimadores - os programas de desenvolvimento implementados com recursos externos têm colocado como pré-requisito metodológico a inserção das características regionais e a participação atuante da comunidade nos projetos locais, ainda que haja um monitoramento externo dos projetos implantados para diminuir os riscos de fracasso do empreendimento. *“A nova metodologia do (BIRD) de desenvolvimento de projetos, ao invés de ser formulada por uma tecnocracia que julga conhecer a realidade e as necessidades de grupos específicos, devolve às próprias populações esta determinação”* (CARVALHO, 1996).

No entanto, na realidade o que se observa é, ainda, a difícil operacionalização destas premissas, nos municípios, locus em que ocorre a intervenção de desenvolvimento. O nível de participação é pouco satisfatório, apesar do lento processo de reversão pelo estímulo à participação dos representantes dos vários segmentos das comunidades nos Conselhos Municipais. Estes, apesar de muitas vezes funcionarem de forma aquém do desejável, podem vir a se tornar um importante canal de participação. Esta participação é fundamental em qualquer projeto de desenvolvimento, pois *“não existem pessoas ou democracias perfeitas, mas ao menos, é possível buscar a liberdade e o sentido de comunidade que deve ser construído conforme as condições locais. A criatividade humana deve ser estimulada, e deve-se estar atento para que o processo seja transparente, criticado e transformado”* (MORRINSON, 1995).

As lideranças locais devem perseverar na organização das comunidades, pois *“a formação de uma cultura que valorize o planejamento e a participação se dá de forma lenta, mas é o caminho que assegura a utilidade social dos recur-*

tos e a autoridade do cidadão sobre a atividade econômica, que nada mais é do que o resultado do esforço de todos" (DOWBOR, 1994).

A participação ativa da comunidade garante a continuidade dos projetos de desenvolvimento independente da autoridade presente, "permite ampliar os dados para uma análise mais aprofundada sobre o processo de 'reconhecimento' na construção de novos sujeitos coletivos e na ampliação de espaços públicos. Estes elementos possibilitam a construção de uma institucionalidade ampliada, cujos reflexos podem levar a superar o ciclo de fluxos e refluxos, normalmente presentes nas lutas pela superação de carências imediatas" (FERREIRA, 1996).

O que se quer destacar no texto é a importância da organização da sociedade local, pois, apesar de muitos aspectos que determinam a vida nos municípios fugirem da alçada do poder local, é preciso considerar que há muitas possibilidades de atuação do governo local no desenvolvimento municipal, que deve desempenhar o papel de mais do que um agente realizador do desenvolvimento, deve atuar como articulador e facilitador das ações locais de desenvolvimento. Deve-se lembrar que estas ações não podem ocorrer como monopólio do poder público. Ao contrário, sua eficácia se apresentará em maior grau justamente quando o poder público for apenas um dos múltiplos agentes envolvidos em um conjunto de ações, representativo de um projeto de desenvolvimento local apropriado pela sociedade. A racionalidade das ações de desenvolvimento exige, assim, que cada vez mais se imponham aos projetos os controles por meio da comunidade organizada (DOWBOR, 1994).

A exclusão dos produtores no processo de planejamento leva à não identificação da comunidade com os projetos a serem implementados. E a comunidade não incorpora a percepção de que eles são importantes atores sociais que terão que transpor as condições de simples observadores para se firmarem como sujeitos, também responsáveis pela construção de uma sociedade democrática (OTANI e SOUZA, 1998).

A formulação do Sistema de Suporte à Elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal (PDAM) teve como premissa criar instrumentais (como o *software* e banco de dados) para as lideranças municipais realizarem diagnósticos sócio-econômicos e priorizarem diretrizes de ação visando o desenvolvimento rural, de forma autônoma, bem como fornecerem informações para o

acompanhamento da sua implementação. Assim, o objetivo deste trabalho é o de apresentar os resultados da aplicação do sistema PDAM, como instrumental de apoio para o planejamento das ações de desenvolvimento rural local, nos municípios de Dourado (SP) e Entre Rios de Minas (MG).

2 - METODOLOGIA E INFORMAÇÕES UTILIZADAS

A metodologia básica utilizada é a apresentada pelo sistema PDAM, que possibilita a organização e gerenciamento das informações, bem como subsidia o diagnóstico a ser analisado pela comunidade local, com autonomia para decidir sobre a periodicidade necessária, tanto da atualização das informações quanto do monitoramento dos projetos em andamento, e independência para realizar novo diagnóstico, a fim de sistematizar os dados e acompanhar a evolução do município (ÂNGELO et al., 1998).

Para a implementação de qualquer projeto de desenvolvimento rural conseqüente, é imprescindível conhecer as características de produção e o perfil da população com que se vai trabalhar, assim o diagnóstico sócio-econômico torna-se uma importante ferramenta, no fornecimento de informações consolidadas, para que as lideranças e os planejadores conheçam as características peculiares de cada área - com formação social e econômica diferenciada - com atividades agropecuárias em patamares tecnológicos e infra-estrutura distintos e produtores com diferentes perfis e que, portanto, demandarão programas de desenvolvimento distintos.

Para a aplicação do PDAM nos municípios em análise foi necessário que os técnicos e recenseadores locais fossem treinados para usar os recursos disponíveis - questionários, manuais e *software* PDAM - de modo a obter dados consistentes e confiáveis. As informações primárias foram coletadas por meio de entrevistas com lideranças locais e do censo agropecuário nos municípios de Dourado, em São Paulo, no ano agrícola de 1995/96, e Entre Rios de Minas, em Minas Gerais, no ano agrícola de 1997/98.

Os dados primários foram complementados com informações geradas pelas Secretarias Estaduais de Agricultura, Secretarias Municipais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são as fontes mais

importantes na obtenção de séries municipais.

Para subsidiar na elaboração do diagnóstico do setor rural, que servirá para estabelecer os cenários futuros e alternativas de desenvolvimento, realizou-se um censo dos imóveis rurais do município, que permitiu caracterizar a situação real dos produtores e da agricultura municipais. O censo possibilitou obter dados confiáveis, uma vez que não apresenta erros elevados, que podem ocorrer nas pesquisas amostrais. As grandes desvantagens deste método são o tempo necessário e o aporte de recursos necessários para a sua implementação (MARTIN et al., 1998).

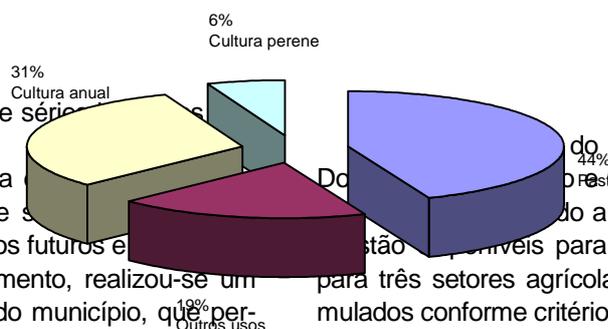
Consolidar dados fidedignos exige a realização de alguns procedimentos básicos, como a verificação da existência de erros e/ou inconsistências de informações. O sistema está preparado para realizar este trabalho e tem como característica importante a autonomia dos técnicos locais no uso das informações e a consolidação de dados agregados para o total do município, ou separados conforme as divisões estabelecidas pelos técnicos locais. Permite também obter relatórios por produtor, por cultura, por setor ou por bairro e por microbacia. Estas características possibilitam que o banco de dados seja atualizado conforme a evolução da realidade local, pois o desenvolvimento dos municípios pode ocorrer em ritmos diferenciados, que demandarão atualizações em momentos distintos. Assim, os dados desagregados permitem elaborar diagnósticos por setores do município, o que possibilita traçar ações dirigidas para cada área representativa do município. Este procedimento poderá aumentar consideravelmente a eficiência das intervenções previstas pelo plano de desenvolvimento.

3 - RESULTADOS

Este artigo refere-se apenas à parte do diagnóstico realizado em cada município objeto da análise. É importante salientar que apesar de utilizarem o mesmo instrumental, os resultados obtidos alcançaram diferentes graus de análises, decorrentes dos diferentes níveis de articulação e organização da sociedade local.

3.1 - Município de Dourado (SP)

Informações Econômicas, SP, v.31, n.1, jan. 2001.



do censo levantados em Dourado em fevereiro de 1997, referente ao ano agrícola de 1995/96, são confiáveis para o total do município e para três setores agrícolas ou bairros rurais formulados conforme critério do técnico local.

Dourado fica quase no centro do Estado de São Paulo, é acessado pela rodovia SP 215 e Washington Luiz que liga Dourado a importantes municípios como São Carlos e Jaú.

A história do município de Dourado tem início por volta de 1880 e a agricultura sempre desempenhou um papel determinante na sua vida econômica. A cultura do café possibilitou um grande desenvolvimento na região, apesar de a pecuária/pastagem sempre ter ocupado uma parte significativa da área total. As primeiras três décadas, a partir de 1900, foram o auge da história social e econômica de Dourado. Era sede de uma ferrovia e abrigava uma população de 15.000 habitantes. A cultura do café ocupava 5.902 hectares em 1920 e representava 27,70% da área total, sendo cultivada em 60% dos estabelecimentos do município.

A crise de 1929 provocou uma redução na área de café, que no período de 1930-50 diminuiu em 60,36% a área da cultura. As áreas de café foram substituídas pelas culturas do algodão e do milho. De 1950 a 1960, além da redução das áreas de café, observou-se também um aumento expressivo nas áreas com pastagem e o surgimento da pecuária leiteira, que passou a se constituir na principal atividade agropecuária do município, o qual se destacou na produção de leite de qualidade tipo B.

Nos anos setentas, o café continuou em declínio, enquanto as culturas de algodão e milho voltaram a se expandir e adquirir importância na economia agrícola municipal. Assim, no censo econômico de 1985 essas culturas ocupavam, individualmente, 1.398 hectares. Neste período iniciava-se a introdução da avicultura de corte, que juntamente com as culturas da laranja e da cana-de-açúcar, a partir dos anos noventa, constituíam-se nas mais importantes atividades agropecuárias.

3.1.1 - Estrutura fundiária

Segundo os dados do ano agrícola 1995/96, Dourado apresentava uma área rural de 22.646ha. Caracterizava-se como um município onde predominavam os pequenos imóveis rurais

(1 a 50ha), representando 57,98% do número em 1972, mantendo-se em 55,77% em 1985, atingindo 61,05% em 1992 e sendo estimado em 56,35% pelo levantamento de 1995/96. Porém, a participação na área rural era de apenas 5,71% em 1972, 8,96% em 1992 e 7,80% em 1995/96. No entanto, também se destacavam os imóveis médios (50 a 500ha) com 31,10% do número total do município e 34,19% da área agrícola em 1972; em 1992 o número cresceu para 34,74% e a área evoluiu para 60,35% e, em 1995/96, a tendência se acentuava, pois representavam 40,62% dos imóveis e a significativa parcela de 68,34% da área rural do município. Era o grupo mais importante no que diz respeito à ocupação de área (Figura 1).

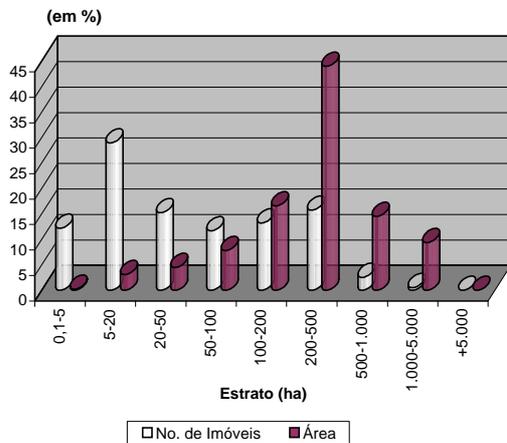


Figura 1 - Estrutura Fundiária por Estrato de Área do Município de Dourado, Estado de São Paulo, 1995/96.

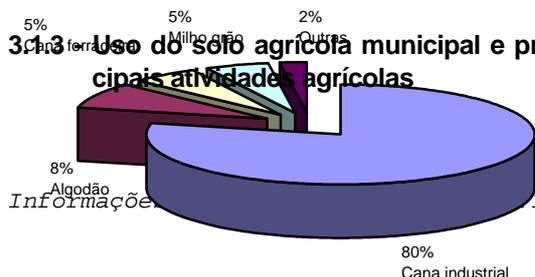
Fonte: Dados da pesquisa.

3.1.2 - Arrendamento e parceria

O arrendamento atingia 17,59% da área total, envolvendo 44 arrendatários, que basicamente produziram cana-de-açúcar para a indústria.

Os parceiros apareceram em menor escala, em número de 21, com 3,80% da área total do município. A grande maioria dos parceiros cultivava algodão.

3.1.3 - Uso do solo agrícola municipal e principais atividades agrícolas



Fonte: Dados da pesquisa, jan. 2001.

Desde a década de 50 a pastagem era a categoria mais importante de uso de solo agrícola do município e atingia 43,99% da área total em 1995/96 (Figura 2).



Figura 2 - Uso do Solo Agrícola, Dourado, Estado de São Paulo, 1995/96.

Fonte: Dados da pesquisa.

As culturas anuais também ocupavam área importante (31,30%). Deve-se salientar que era a maior magnitude de área com culturas anuais atingida pelo município em toda a sua história, pois vem crescendo desde 1950. Exploravam-se 19 culturas anuais no ano agrícola de 1995/96. A cana-de-açúcar industrial destacava-se com cerca de 78,68% da área total de cultura anual. Entre as demais estavam o algodão (8,26%), cana forrageira (5,46%), milho grão (5,44%) e milho silagem (1,40%) (Figura 3).

A terceira ocupação mais importante era a categoria de outros usos, cerca de 18,83% da área local, o que é muito expressivo para um município do Estado de São Paulo, onde a cobertura não chegava a atingir 5% das áreas dos imóveis rurais. A vegetação natural se destacava, pois representava cerca de 83,48% dos outros usos do solo, que era equivalente a 15,72% da área rural de Dourado.

As culturas perenes ocupavam a menor área, somente 5,88% da área rural do município. As perenes, que tiveram grande importância no início do desenvolvimento do município,



Figura 3 - Culturas Anuais, Dourado, Estado de São Paulo, 1995/96.

Fonte: Dados da pesquisa.

vinham declinando desde os anos trintas, e a partir da década de 80 voltaram a ocupar espaço e importância relativa na agricultura local. A laranja aparecia com destaque, pois ocupava cerca de 67,32% da área total de perenes, o café, 15,20% e o eucalipto, 14,20% (Figura 4).

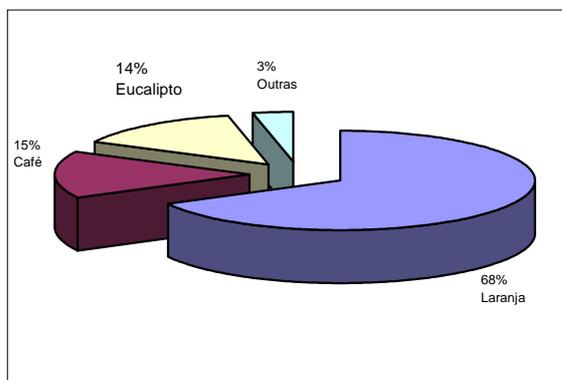


Figura 4 - Culturas Perenes Exploradas, Dourado, Estado de São Paulo, 1995/96.

Fonte: Dados da pesquisa.

- Pecuária

A pecuária bovina e seus derivados e a produção de frango destacavam-se como as atividades animais mais importantes do município de Dourado. Em 1995/96, o município dispunha de um rebanho de 14.233 cabeças de bovinos e bubalinos, sendo que 70,46% eram de rebanho especializado em corte; 21,01% misto (de dupla aptidão), 6,63% especializados para produção de leite e apenas 1,89% de bubalinos.

- Produção de leite

A produção anual do leite do município foi estimada em 2.254.600 litros em 1995/96. A produtividade média estimada por vaca em lactação e por dia foi de 5,31 litros, atingindo um máximo de 10 litros, nos imóveis de 500 a 1.000

litros, e o mínimo de 2,43 litros nos imóveis de 50 a 100ha.

É importante destacar que Dourado faz parte da bacia leiteira da região de São Carlos e constituía importante fornecedor da Cooperativa de Laticínios de São Carlos (COLASC), que possuía uma unidade de recepção e resfriamento no município até meados de 1997.

- Avicultura

A avicultura de corte é uma atividade que vem se expandindo no município de Dourado. Em 1995/96, o município produziu 4.090.500 cabeças de frango e esta produção se concentrava nos imóveis de 1.000 a 5.000ha, representando 42,78% do total, e nos de 200 a 500ha com 28,15% do total produzido.

Os imóveis que produziam frangos trabalhavam com lotes médios de 49.125 aves, sendo que o mínimo era de 12.000 aves e o máximo de 350.000 aves. O tipo de lote mais comum era o de 12.000 aves. Esses dados indicam como variava a escala de produção das granjas do município, ou seja, havia diferentes tipos de produtores de aves de corte, trabalhando através do sistema de integração.

3.1.4 - Outras informações sobre a agropecuária de Dourado

- Infra-estrutura e principais mercados da produção agropecuária

Do ponto de vista de mercado Dourado situa-se numa posição privilegiada, pois se localiza no centro geográfico do Estado e no segundo mais importante mercado consumidor do País, o interior do Estado de São Paulo, e possui infraestrutura suficiente para viabilizar a comercialização de sua produção atual e futura.

A armazenagem era totalmente privada

em Dourado. Não existiam entrepostos no município, e os entrepostos de hortifrutigranjeiros mais próximos situavam-se em Bauru, a 100km de distância, e Ribeirão Preto, a 150km.

O município não dispunha de agroindústrias, somente uma fábrica de ração, que consumia parte do milho produzido no local. Os prin-

cipais mercados para os produtos agropecuários do município eram as agroindústrias de transformação e abatedouros que se situavam em municípios vizinhos. Como era o caso de toda a cana-de-açúcar industrial e da produção do leite local - transferida para São Carlos, após meados de 1997 - para o posto de captação e resfriamento, antes situada em Dourado. Com o seu fechamento, os produtores estavam transportando-a para o posto do município de Ribeirão Bonito, da CO-LASC. Essa mudança constitui uma dificuldade adicional para os produtores de leite do município.

- Comercialização dos produtos agropecuários

As produções agropecuárias dos imóveis rurais do município de Dourado, em 1995/96, foram praticamente destinadas à comercialização. Alguns produtos, em geral, insumos intermediários, como alfafa, cana-de-açúcar forrageira, milho silagem, sorgo grão e sorgo silagem, e produtos de consumo familiar, como arroz de sequeiro, feijão e mandioca, ficaram nos imóveis.

A quase totalidade dos produtores comercializou seus produtos na forma *in natura* sendo que dos agentes de comercialização utilizados pelos produtores do município, a cooperativa foi acionada apenas para comercializar parte do algodão (34,42%), do café (8,11%) e do leite (69,14%).

Além da cana-de-açúcar, a indústria foi praticamente o único agente de comercialização quando se tratava de matéria-prima agroindustrial, como eucalipto, frango, goiaba e algodão. Os agentes intermediários atuavam mais fortemente na comercialização dos produtos perecíveis e de gado bovino. As vendas diretas aos consumidores (como produto de consumo final ou como produto intermediário) ocorreram com maior intensidade nas hortaliças, frutas, galinha caipira e derivados da produção animal.

Cabe destacar a pequena expressão da cooperativa local no apoio à comercialização da produção dos produtores do município, o que potencializa a ação dos intermediários, que pode estar afetando os preços recebidos pelos agricultores de Dourado.

- Caracterização sócio-econômica

A população de Dourado, estimada em

15.000 habitantes nos anos vintes, reduziu-se drasticamente à medida que o café entrou em crise profunda. Em 1950 atingiu um total de 7.616 habitantes, e houve uma redução contínua nas décadas seguintes, atingindo o seu menor nível nos anos setentas, segundo dados do IBGE, quando totalizou 5.634 pessoas. A partir deste período, está em processo uma gradativa recuperação da população local, já que em 1991 totalizou 7.042 pessoas e em 1996 foi estimada em 8.374, apresentando taxa anual de crescimento de 1,58% a.a. (CENSO, 1950, 1970, 1991, 1996).

Uma mudança expressiva ocorrida na população local, segundo dados do IBGE, diz respeito à taxa de urbanização, de menos de 10% nos anos vintes, atingiu 31% em 1950. Evoluiu rapidamente desde então para 43,50% em 1970, 72,6% em 1980 e 83,90% em 1991.

A taxa de urbanização está associada à introdução crescente das tecnologias mecânicas na produção agropecuária, à melhoria das estradas vicinais e à tendência dos produtores e seus familiares de procurarem as vantagens do lazer, o atendimento à saúde e educação que a cidade oferece. A população rural residente levantada, por meio do sistema PDAM, entre janeiro e fevereiro de 1997, foi de 731 habitantes, sendo que do total 400 eram do sexo masculino e 331 do sexo feminino. Desse total da população rural, 339 ou 46,21% trabalhavam em alguma atividade no imóvel.

Em 1997, Dourado possuía 197 imóveis rurais e era constituído basicamente de proprietários. Na grande maioria, os negócios agrícolas estavam centrados junto a estes proprietários ou familiares. Ao se analisar as atividades desenvolvidas pelo produtor e sua família no imóvel rural é possível confirmar que 51,27% dos produtores e suas famílias exerciam a atividade de administrar os imóveis e 47,21% realizavam toda e qualquer tarefa na condução das atividades agropecuárias dos imóveis rurais do município.

Em relação aos responsáveis pelos imóveis apenas 22,34% residiam nos imóveis rurais, 41,62%, na cidade de Dourado; e 33,50%, em outro município. Estes números eram previsíveis dado que com a melhoria da infra-estrutura de transporte e a procura pelos serviços urbanos, os produtores procuravam estar próximos às cidades.

O grau de instrução dos responsáveis pelos imóveis rurais do município, considerando-

se os 192 que responderam à questão, mostrou que 77% possuíam o nível primário, 12,50% o nível médio, 10,1% o nível superior. O nível de escolaridade considerado o fator determinante para a aquisição de imóveis predominou a pessoa com nível primário de instrução (66,67%) e a ginásial (20,00%), sendo que com nível técnico existia somente 8,33% do total da população. Esse fato indica que a maioria dos administradores apenas executava as decisões operacionais definidas pelos responsáveis, que quase sempre são os proprietários e/ou familiares.

Uma característica relevante é que 62,44% dos produtores tinham parte importante da renda familiar proveniente de atividades urbanas: do comércio, profissionais liberais, industriais, etc. E, ainda, a grande maioria dos produtores (75,13%) residia no meio urbano local ou em outro município. Nos programas de desenvolvimento rural, este perfil deve ser considerado, pois se trata de um segmento diferenciado de produtores com renda predominantemente não-agrícola.

O fato de a renda principal não ser agrícola não significa que, necessariamente, pratiquem uma exploração agropecuária tradicional, de baixa remuneração. Muito provavelmente neste segmento concentram-se os produtores ou familiares com curso superior e com acesso mais facilitado às informações, que poderiam responder com maior probabilidade de sucesso aos eventuais projetos que demandem uma maior complexidade técnica e/ou administrativa.

3.2 - Município de Entre Rios de Minas (MG)

O município de Entre Rios de Minas localiza-se a 115km de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na região de mineração. O relevo municipal é acidentado, com altitude média em torno de 900 e 1.000 metros. O município apresenta uma rica bacia hidrográfica, o que pode se constituir em recurso importante para a irrigação e a exploração da piscicultura.

No período do Brasil colonial em Minas Gerais e na região de São João Del Rey, a principal atividade econômica era a exploração de mi-

nérios, principalmente o ouro. Entre Rios de Minas, cuja área não apresentava recursos minerais, surgiu, segundo relato de moradores, como ponto de passagem, de apoio aos bandeirantes que se dirigiam a Diamantina.

3.2.1 - Estrutura fundiária

No município de Entre Rios de Minas, predominavam os imóveis de até 100ha no ano agrícola de 1997/98, concentrando 93,04% do total, muito embora a área ocupada só representasse 48,40%, ou seja, metade das terras. Os estratos mais representativos em termos de número de imóveis situavam-se nos estratos de 0-5ha e 5-20ha. Os maiores imóveis do município estavam situados entre 200-500ha, concentrando individualmente o maior percentual de terras. Devido à própria característica do município e à sua particularidade histórica, eram poucas as propriedades acima de 1.000ha, apenas 0,28% (Figura 5).

3.2.2 - Arrendamento e parceria

A ocorrência de arrendamento era pouco expressiva em Entre Rios de Minas⁷, concentrando-se no estrato de 200-500ha. O uso majoritário destas terras está na pecuária leiteira, batata e milho grão.

A parceria já era a forma mais difundida, sobretudo nos imóveis maiores de 50ha, com predomínio quase absoluto do feijão e milho grão, cujo cultivo era realizado, em geral, na forma con-

⁷Uma característica bem peculiar do município é a definição de pagamentos não monetários nos arrendamentos de pecuária. No caso, o arrendatário se obriga com o proprietário a utilizar o pasto mediante o compromisso de recuperação deste ao final do contrato.

Figura 5 - Estrutura Fundiária, por Estrato de Área, Município de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, 1997/98.

Fonte: Dados da pesquisa.

sorciada e o pagamento era realizado na forma de “meia” (50%). O plantio em parceria configurava-se como uma importante forma de cultivar alimentos básicos no município, que representavam 33,40% do feijão e 47,40% do milho grão produzidos no município.

3.2.3 - Uso do solo agrícola

Desde a origem de Entre Rios de Minas, a maior parte dos produtores vem se dedicando à agricultura de subsistência, consolidando a vocação do município pela agropecuária. Em meados deste século, passou a desenvolver a produção de alimentos básicos, como milho, feijão e mandioca, sendo que a atividade preponderante na economia rural é ainda hoje a produção de leite, associada a uma atividade de pecuária de bovinos mistos, além da exploração de animais de descarte e de recria de bezerros originários das fazendas produtoras de leite.

Uma análise do uso do solo agrícola do município, ao longo dos últimos dez anos, indica que a área com lavouras tem flutuado entre um mínimo de 15,45% (1995) a um máximo de 19,37% (1985) da área agrícola municipal. Na composição das áreas de lavoura observaram-se mudanças expressivas no sentido de redução na participação das culturas permanentes e o aumento das culturas temporárias.

O mais importante uso do solo sempre foi a pastagem. A partir de 1980 ocupava cerca de 71,51% de sua área, após ter apresentado um pequeno recuo em 1995, evoluiu para 72,22% da área agrícola municipal em 1995-96. Mas, é importante observar que a sua área está apresentando uma importante mudança, uma vez que os pastos naturais, que representavam 92,14% do total do município, têm uma participação que decresce para 66,60%, em 1995-96, dando espaço para o crescimento dos pastos plantados, mais

produtivos, cuja participação cresce de 7,86% em 1980, para 33,40% em 1995-96. Dada a importância da área de pastagem, e por conseguinte da pecuária mista e da produção de leite do município, esta mudança representa um grande avanço com o objetivo de aumentar a eficiência da pecuária explorada no município (Figura 6).

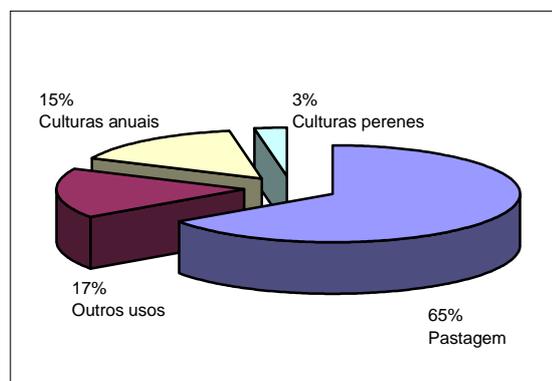


Figura 6 - Uso do Solo Agrícola, Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, 1997/98.

Fonte: Dados da pesquisa.

A categoria “outros usos” que representava 4% da área agrícola do município em 1980 foi, ao longo do tempo, sendo incorporada por outras atividades reduzindo-se a 1,98% do total da área em 1995/96. Entende-se por outros usos do solo as áreas destinadas ao reflorestamento, vegetação natural, inproveitadas, inproveitáveis e com benfeitorias. Em Entre Rios de Minas, essas terras perfazem 16,74% do total das propriedades, sendo mais relevantes a vegetação natural e as destinadas às benfeitorias.

A existência de poucas áreas inproveitadas, inclusive nos imóveis maiores, indica a falta de viabilidade para o aproveitamento de novas áreas para agricultura e pecuária. Portanto, qualquer aumento de produção agropecuária no município deverá passar pelo aumento da produtividade das terras já existentes. Por outro lado, as áreas inproveitáveis representavam certa relevância em todos os estratos de áreas, indicando não só um aumento do custo econômico da propriedade (capital ocioso), como também um certo nível de degradação ambiental dos solos. A recuperação destas terras, quando possível, poderá ser uma das importantes metas de melhoria da rentabilidade das unidades produtivas.

As culturas anuais constituíam o terceiro grupo mais importante de uso do solo municí-

pal, ocupando 15,29%. As culturas de sequeiros predominavam, havendo registro de cultivo irrigado apenas para o feijão e verificava-se a inexistência de estufas. As culturas mais importantes eram as de milho, feijão e milho silagem. Um fator importante era a pouca representatividade das culturas do arroz, mandioca e de olerícolas (bata-ta), fontes importantes da alimentação de subsistência.

O cultivo “solteiro” predominava para todas as culturas, com exceção do feijão, em que preponderava a forma consorciada, principalmente com o milho (Figura 7).

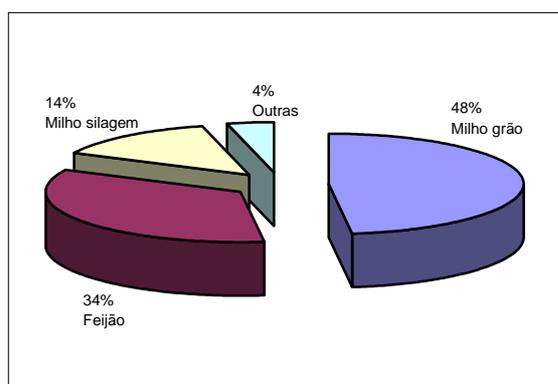


Figura 7 - Culturas Anuais, Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, 1997/98.

Fonte: Dados da pesquisa.

As culturas perenes tinham importância reduzida no uso do solo em Entre Rios de Minas, não superando os 3% do total na média geral. Apenas os estratos de área abaixo de 20ha e, principalmente, os menores de 5ha apresentavam culturas perenes acima de 5% das terras. As culturas perenes mais importantes se restringiam à cana forrageira (que por decisão técnica local foi considerada perene, por não ser plantada anualmente), pomares domésticos, café e eucalipto. A irrigação não estava presente nas culturas perenes e observavam-se apenas alguns poucos registros de áreas com cultivo intercalar, no caso de pomares. Como um todo, o município de Entre Rios de Minas apresenta culturas perenes de caráter eminentemente de subsistência e voltadas para alimentação animal (cana forrageira) ou uso interno na propriedade (lenha do eucalipto) (Figura 8).

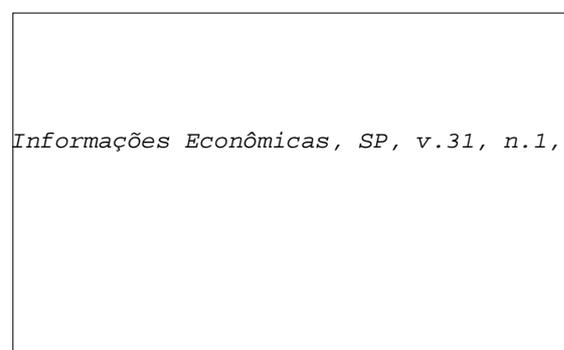


Figura 8 - Culturas Perenes, Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, 1997/98.

Fonte: Dados da pesquisa.

3.2.4 - Infra-estrutura e principais mercados da produção agropecuária

O município de Entre Rios de Minas era cortado pelas rodovias BR-383 (pavimentada) e MG-270 (não-pavimentada), estando distante 115km de Belo Horizonte, 385km do Rio de Janeiro, 535km de São Paulo e 600km de Brasília. Na sua região de influência dista 45km de Conselheiro Lafaiete, 64km de São João Del Rey, 210km de Juiz de Fora e 113km de Barbacena. A despeito desta posição favorável em termos de rodovias, inclusive linhas regulares de ônibus para Belo Horizonte, São João Del Rey e Conselheiro Lafaiete, o município não dispunha de terminal rodoviário.

O município era cortado pela “Ferrovia do Aço”, contudo não dispunha de terminal ferroviário de cargas ou passageiro. O município também não usufruía de qualquer tipo de transporte fluvial ou aéreo.

A comercialização de produtos agropecuários se concentrava no agronegócio do leite e era efetuada principalmente com a Cooperativa dos Produtores de Entre Rios de Minas (CA-PERMIL) e da Associação de Produtores de Leite

(ASPROL). A formação da bacia leiteira possibilitou também a instalação dos laticínios - Cayuaba e Renata (Lagoa Dourada).

A Cooperativa de Crédito formou-se em 1985 e tinha como objetivo fornecer apoio financeiro às atividades agropecuárias dos seus associados, e estava em discussão um plano de desenvolvimento para a região, baseado na fruticultura.

Os laticínios, apesar de constituírem outro ponto importante para escoamento de leite,

eram restritos aos produtores mais tecnificados e com escala de produção. Não havia qualquer tipo de feira de produtores. O único ponto de maior comercialização era o Barracão do Produtor em Lagoa Dourada (município vizinho), embora com opção do CEASA-BH, distante 130km.

A compra de partes dos insumos pelos produtores era feita no próprio município, mesmo assim os grãos consumidos pelos produtores de leite vinham do Triângulo Mineiro e de Goiás. Os produtores com maior escala de produção compravam insumos do Triângulo Mineiro e Centro-Oeste.

O município não dispunha de armazéns para estocagem em escala e nem de entrepostos. Em geral os produtores armazenavam seus produtos e insumos nas suas propriedades ou mesmo em instalações comuns na cidade.

As principais agroindústrias do município estavam ligadas ao leite: a CAPERMIL e a Cayuaba. As outras agroindústrias existentes eram restritas às unidades familiares de cachaça, sendo que uma se destacava por ser bastante organizada e exportava parte da produção sob a marca Topázio. Havia, também, uma torrefadora de café. Destacava-se, ainda, o artesanato com cerca de 25 famílias trabalhando em fiação e com subprodutos de milho. Também estava em desenvolvimento a implantação de indústrias caseiras de doces, derivados de leite, milho e cana-de-açúcar, envolvendo 52 famílias.

3.2.5 - Características sócio-econômicas

Os proprietários e seus familiares eram os responsáveis pelo imóvel rural na quase totalidade dos casos, havendo poucos casos de um terceiro (administrador, gerente, parceiro) à frente do negócio. Observou-se que a grande maioria dos proprietários residia no próprio imóvel, inclusive nas propriedades maiores. Somente para parte dos produtores de maior porte (acima de 100ha) a administração da propriedade era uma atividade exclusiva do proprietário, sendo que, nos estratos menores de 100ha, o produtor realizava todas as tarefas. Portanto, a figura padrão do responsável do imóvel em Entre Rios de Minas era a do próprio proprietário, residente no próprio local e que desempenhava as atividades de administração e operação de todas as atividades.

O nível de instrução dos responsáveis

pelos imóveis estava restrito ao "primário" para o município de Entre Rios de Minas, principalmente nos estratos de menor área. Um fator peculiar estava na existência de maior número de proprietários com nível superior do que os de grau técnico, estando muito concentrado nas propriedades com área acima de 100ha.

Consistente com as observações anteriores, a própria escolaridade dos familiares dos proprietários também se concentrava no nível "primário". Assim, qualquer programa de qualificação e investimento em mão-de-obra agrícola deve partir do pressuposto de uma base de escolaridade mínima, para o conjunto maior do município.

A principal fonte de renda das famílias rurais de Entre Rios de Minas estava na própria exploração das propriedades, embora esta não estivesse caracterizada como atividade exclusiva. Em particular, a renda do imóvel tinha acentuada importância para famílias nos estratos de áreas de até 50ha.

Uma fonte de renda importante para 61,63% das famílias do meio rural era a aposentadoria, pois representava pelo menos 50% da renda recebida pelos proprietários dos imóveis rurais. Esta renda era complementada, sem considerar a ordem de importância, pelos rendimentos auferidos nas propriedades, e, também, por meio do trabalho assalariado, principalmente no caso das famílias com imóveis menores de 50ha. Este fenômeno, muito discutido atualmente, traz a existência da pluriatividade para as famílias rurais de Entre Rios de Minas, ou seja, a possibilidade de a renda destas pessoas ser obtida através do exercício de atividades agrícolas ou não agrícolas no imóvel, e/ou fora dele, complementada com trabalho assalariado (formal ou informal), típicas do meio urbano.

Observava-se, ainda, importância relativa de fontes de renda urbana para famílias rurais nos estratos de maior área no município (mais de 100ha), um fato muito comum em cidades tipicamente agrícolas, onde os proprietários de maiores glebas, por deterem melhor nível educacional, desempenham atividades urbanas.

3.2.6 - População rural

A população total de Entre Rios de Minas cresceu 25% entre 1970 e 1980, mas apresentou decréscimo de 5,4% no intervalo 1980 -

1991. Paralelo a este movimento, a população urbana cresceu 86% na década de 70 e apenas 0,9% nos anos oitentas, correspondendo a 36% da população total em 1970, a 53% em 1980 e finalmente a 56% em 1991, o que indica um rápido crescimento da urbanização do município na década de 70. Assim, o município caracterizou-se, nestas últimas duas décadas, por um processo de crescimento populacional com forte conteúdo urbanizador na primeira fase (1970-80), numa dinâmica muito própria dos municípios de porte médio de Minas Gerais. No segundo momento (1980-91), houve a retração absoluta de habitantes, mas uma solidificação da condição urbana, ou seja, saída ainda maior de população do meio rural de Entre Rios de Minas.

A população residente nos imóveis rurais de Entre Rios de Minas era composta basicamente pelos produtores rurais e seus familiares (94% do total residente). Os assalariados residentes e familiares eram numericamente pouco expressivos (6%). Nos imóveis com área de 0 a 50ha, concentravam-se tanto a população de produtores e familiares residentes (83,68%) quanto a população de residentes que trabalhavam (89,08%), sendo que cerca de 17% eram menores de 14 anos que trabalhavam nos imóveis rurais. Esta prática era usual principalmente nos imóveis rurais menores que 20 hectares, onde os percentuais variavam de 20% a 40%, muito provavelmente por força da necessidade de completar a renda familiar, em substituição de contratação de serviços de terceiros, combinado com a tradição de iniciar os filhos ainda menores na lida agrícola. Em relação à população maior de 14 anos, 93,29% dos homens trabalhavam, assim como parte importante da população feminina (66,90%) participava das atividades agrícolas nos imóveis agropecuários.

A população trabalhadora rural não residente nos imóveis era pouco representativa. Os maiores percentuais de familiares que trabalhavam no imóvel, mas residiam fora, eram representativos nos estratos medianos de área (entre 20 e 100ha). Já os trabalhadores temporários eram pouco representativos nos imóveis.

Um fator que vem sendo apontado pelas análises mais recentes do meio rural diz respeito ao envelhecimento da população rural e saída dos membros mais jovens e de melhor nível de instrução em direção ao meio urbano. Quanto a isso, o levantamento realizado em En-

tre Rios de Minas detectou tanto o fenômeno do envelhecimento da população rural, como também a presença de grande quantidade de pessoas abaixo de 14 anos.

3.2.7 - Assistência técnica e associativismo

Boa parte do baixo grau de competitividade e deficiências no gerenciamento do negócio agrícola⁸ podia ser entendida pelo baixo nível de acesso à assistência técnica em Entre Rios de Minas. O serviço público de assistência técnica⁹ voltava-se prioritariamente para propriedades de até 100ha, mas com maior vínculo na faixa de 20-50ha¹⁰. Ao mesmo tempo verificava-se que o foco da assistência técnica pública não gerava efeitos de demonstração no sentido de mudar efetivamente a situação atual, exigindo uma maior articulação das forças locais que dependiam da agricultura para priorizar ações, tendo em vista um processo de mudança.

Pelo baixo grau de assimilação tecnológica da grande maioria dos produtores rurais do município, o uso de técnicas de aprendizagem coletivas deve ser priorizado dando condições para que se adotem técnicas de baixo custo que possam oferecer melhoria da produtividade física dos fatores da propriedade, antes de ações individuais com maior tecnologia agregada. Mas, para que isso ocorra torna-se necessário implementar projetos pilotos para produzir efeitos - demonstração sobre a eficiência e os ganhos dos novos processos e atividades. Somente assim vai ser possível estimular os produtores às mudanças, o que implicará alterar a metodologia de trabalho dos profissionais que atuam no município.

Entre Rios de Minas possuía um bom nível de organização dos produtores rurais tanto em relação à produção quanto à articulação comunitária. Os participantes de cooperativas constituíam 34% dos proprietários de imóveis

⁸Entende-se manejo agrícola, pecuário e uso de máquinas e benfeitorias.

⁹Leia-se Emater-MG.

¹⁰Destaca-se que assistência técnica é uma ação diferenciada da extensão rural, já que a primeira se faz com atendimento individual à propriedade, enquanto a extensão utiliza métodos de cunho coletivo e de aprendizado de novas técnicas e práticas agrícolas e de bem-estar social pelas famílias rurais.

rurais pesquisados e eram predominantemente filiados à CAPERMIL, no campo de produção, e à CREDICAMPO na área de crédito. Havia ainda um número menor de produtores filiados à ASPROL e ao laticínio Cayuaba. O destaque ficava para CAPERMIL que envolvia produtores de leite, também de outros municípios.

A cooperativa prestava serviço de assistência técnica, atendendo uma parcela pequena dos imóveis, concentrando-se naquelas com área entre 20 e 100ha.

A filiação às associações também era forte, pois cerca de 40% dos proprietários pesquisados participavam deste tipo de organização, com predominância para associações e conselhos comunitários. Por outro lado, era relativamente fraca a participação dos produtores rurais em sindicatos, seja no patronal (9,47%) ou no de trabalhadores rurais (5,89%), demonstrando pouca mobilização das categorias.

3.3 - Cenários para a Agricultura dos Municípios

Com base no banco de dados consolidados, obtidos através do Sistema PDAM, elaboraram-se diagnósticos que, por sua vez, permitiram a construção de cenários, como subsídios para as propostas de ação em cada município.

3.3.1 - Município de Dourado

A análise de longo prazo mostrou como foram as transformações que ocorreram na cidade de Dourado e na sua agricultura, desde a sua fundação. As mudanças, as mais relevantes, dizem respeito à redução da população total até os anos setentas e à reversão desta tendência nos anos oitentas, quando sua população se urbanizou, atingindo o nível de 83,90% de urbanização em 1991. O perfil da agricultura também se alterou, já que de uma economia cafeeira no início do século, transformou-se em produtora de fibras e grãos a partir dos anos quarentas, adquirindo importância como produtora de leite nos anos sessentas. Nos anos oitentas surgiu com importância a cana-de-açúcar, passando a ocupar área crescente do município, acompanhada pela expansão da laranja e da avicultura.

O município apresentava como fatores

altamente favoráveis tanto a escolaridade média alta e o acesso à informação facilitada, de parte importante dos produtores - devido à proximidade aos grandes centros urbanos, centros de pesquisa e universidades - quanto a disponibilidade de solos com potencial para exploração das mais diferentes atividades agropecuárias, localizando-se em uma região privilegiada em infra-estrutura de transporte e comunicações. Além disso, situava-se no interior do segundo mercado brasileiro de consumo - o interior de São Paulo - e não distava mais que 350km do principal mercado de consumo do País, a Grande São Paulo.

As análises de curto prazo da agricultura municipal, efetuadas a partir do censo dos imóveis rurais de Dourado, para o ano agrícola 1995/96, forneceram inúmeras indicações a serem utilizadas na formulação de propostas de ação para o desenvolvimento da agricultura local.

Assim, a estabilização e o desenvolvimento da economia brasileira têm acelerado a demanda por produtos de maior valor unitário e/ou agregado, tais como frutas, hortaliças, laticínios e carnes, começando a surgir um mercado crescente para produtos naturais e agroturismo. É neste contexto que se deve analisar as perspectivas futuras para a agricultura do Município de Dourado.

A localização do município de Dourado e os seus recursos naturais são fatores favoráveis à implementação de projetos para o desenvolvimento da sua agricultura. Entretanto há um fator importante negativo como o baixo nível de organização dos produtores e, apesar de um grande número de associados e da presença de uma cooperativa local, não se percebeu nenhuma instituição ou grupos com poder de articulação e capacidade de envolver a sociedade local, visando implementar projetos de interesse comum. Não se notaram ações, mesmo do poder político local constituído ou pelo executivo municipal e legislativo, preocupados com o desenvolvimento do *agribusiness* local. As iniciativas de introdução de novas atividades e tecnologias, como a plasticultura, a piscicultura, a cafeicultura superdensada, a pecuária intensiva e outras, têm sido implementadas pelos esforços de alguns poucos pioneiros, menos avessos ao risco, praticamente não envolvendo maiores esforços das lideranças e poder político municipal.

3.3.2 - Município de Entre Rios de Minas

Em Entre Rios de Minas uma das alternativas desenvolvidas para o município é o turismo rural. Os pontos positivos são a proximidade geográfica com Belo Horizonte, a boa infraestrutura logística¹¹ e a integração de uma região de “circuito turístico” que passa por São João Del Rey, Tiradentes, Resende Costa e Congonhas do Campo. Além disso, possui cachoeiras, serras, campos, fazendas antigas, bandas de música e promessa de recuperação da “Estrada Real”¹², da qual o município faria parte. Como pontos contrários a este potencial turístico estão a baixa disponibilidade de infra-estrutura municipal de recepção a turistas¹³, pessoal pouco qualificado para este fim e baixo potencial de atração de visitantes em relação a outros centros com o turismo já consolidado. Ou seja, qualquer desenvolvimento deste potencial, sem grandes apelos naturais ou culturais, exigiria investimentos tanto do poder municipal como estadual e particulares.

Uma das preocupações do município, hoje, é o alto percentual de pessoas que consomem e optam por estruturas de lazer/diversão em outros locais, como Conselheiro Lafaiete, São João Del Rey e Belo Horizonte. Portanto, o caráter polarizador que o município chegou a possuir para consumo e serviços na década de 80 está em decadência. Uma das poucas exceções a este movimento é o Hospital Cassiano Campolina (57 leitos), com boa capacidade de atendimento à população da cidade e vizinhanças.

A competitividade das atividades agropecuárias e suas cadeias no município pode ser considerada fraca, já que a deficiência de fertilidade dos solos não é compensada com investimentos em tecnologia. Os anos de “fechamento” de mercado para lácteos no Brasil, o controle federal sobre preços do leite e a própria instabilidade econômica nacional, a partir do final dos anos setentas, não ensejaram investimentos produtivos no município. A lógica interna dominante ainda é a de investimentos em terras nuas e compra de gado misto com objetivo principal de

reserva de valor e, em segundo plano, investimentos em negócios e competitividade. Assim, pode-se entender o baixo uso de tecnologia, de investimentos para agregar valor ao produto local e produtividade da maioria das lavouras e rebanhos. Contudo, há um bom potencial de desenvolvimento das atividades agropecuárias devido à abundância de água na região, eficiente serviço de energia elétrica e a estratégica localização geográfica do município, próximo de centros urbanos de expressão (acima de 50.000 habitantes) em Belo Horizonte, São João Del Rey, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Lavras e Juiz de Fora.

A economia de Entre Rios de Minas sempre esteve ligada a uma longa tradição de cultivo de alimentos básicos, para suprir as regiões mineradoras circunvizinhas. Com a decadência do ciclo do ouro, o município voltou-se para a produção de alimentos de subsistência, inclusive a pecuária mista (a produção de carne e leite).

A história mais recente do município, no entanto, mostra que passou a haver uma maior especialização com a produção de leite, a ponto de constituir uma bacia leiteira importante na região, a principal atividade econômica de Entre Rios. Embora, na média do município prevaleça a utilização de práticas tradicionais e pouco produtivas em todo o processo de manejo de pastagem e de rebanho, levantaram-se informações de produtores preocupados em melhorar a eficiência da atividade, com o cultivo de pastagem artificial, de milho silagem, cana forrageira, etc. A pastagem sempre ocupou parte substancial do solo de Entre Rios de Minas, seguida de culturas temporárias - de subsistência, principalmente milho grão e feijão - fato que ocorre até hoje. As culturas perenes, mais indicadas para as condições do relevo local, sempre foram, e ainda são, inexpressivas no município. A vegetação natural, que tem sido devastada nas regiões vizinhas, tem sido preservada, pois o município ainda mantém quase a mesma área existente na década de 80.

Um ponto que merece destaque é a presença marcante de associativismo, nos diversos grupos de produtores do município. Nos bairros rurais, denominados comunidades rurais, há associações comunitárias organizadas para fins religiosos, constituídas principalmente por pequenos proprietários. Os produtores também fazem parte de associações e/ou cooperativa de

¹¹Aeroporto, rodoviária, estradas e ferrovias.

¹²Existe um projeto do governo estadual para criar um eixo turístico recuperando o caminho da “Estrada Real” por onde passavam as tropas que levavam o ouro de Ouro Preto aos portos de escoamento, no Rio de Janeiro.

¹³Hotéis, pousadas, estação rodoviária, posto de informações, etc.

produção, principalmente os de maior porte ou mais estruturados. Em Entre Rios existem a associação e a cooperativa de produtores de leite e a associação de produtores de artesanato.

Os imóveis até 100ha de área predominam, concentrando-se nos de até 20ha, e ocupam um pouco menos da metade da área total do município. São administrados pelos proprietários e seus familiares, que são responsáveis por todas as atividades que envolvam a propriedade. É significativa a proporção de membros da família que trabalham e participam ativamente das tarefas agropecuárias.

Os proprietários, em sua grande parte, têm baixa escolaridade e uma arraigada tradição conservadora, inclusive na forma de gerenciar o imóvel e as atividades agropecuárias, características que poderão dificultar a introdução de inovações muito distantes da realidade em que vivem.

Esta situação já é fato no município, dado que os produtores mais tecnicizados - que poderiam exercer um papel importante como lideranças locais - trabalham com nível tecnológico e atividades tão diferenciadas que pouca influência exercem como referência técnica ou de gestão, resultando em baixo nível de integração entre estes segmentos. Será necessário um esforço para estimular maior intercâmbio entre os produtores, assim como um trabalho orientado para o grupo de produtores com menor grau de escolaridade e de capacitação, na melhora tanto da educação formal quanto na capacitação no manejo e gestão da propriedade. Todas as ações devem estar ajustadas às suas reais condições e dirigidas ao núcleo familiar, não só aos proprietários, mas também para os seus filhos e/ou netos, para que a produção agropecuária possa se tornar uma alternativa real de trabalho e de renda.

A população residente no setor rural de Entre Rios de Minas é composta basicamente de proprietários e familiares, sendo que a grande maioria concentra-se nos imóveis de até 50ha. Os assalariados residentes são pouco expressivos.

Apesar de a produção do imóvel rural configurar-se como importante fonte de rendimento, principalmente para os proprietários de imóveis de até 50ha, a pesquisa levantou que o rendimento auferido de aposentadoria constitui outra fonte tão importante quanto do imóvel, sendo que, para um grupo considerável destes produtores, é a principal fonte de renda. Isso

mostra que a atividade agropecuária é praticada de forma pouco eficiente, resultando em baixa remuneração.

Grupos mais organizados de produtores vislumbram a fruticultura como a atividade de maior potencial no município. Há algumas agroindústrias em atividade, as mais estruturadas são as de derivados de leite e de aguardente certificada para exportação (Topázio). As demais têm característica de agroindústrias caseiras, como as demais fabricantes de aguardente, de açúcar mascavo, frutas caseiras, etc. Há também uma torrefadora de café que compra produção de fora do município.

O artesanato realizado por grupos de mulheres e familiares de pequenos produtores pode vir a se tornar uma atividade produtiva rentável, se houver uma produção regular e constante a oferecer no mercado e se estruturar uma logística mínima de apoio para o desenvolvimento da atividade comercial dos seus produtos.

Assim, o cenário atual da vida rural de Entre Rios de Minas denota um quadro de estagnação das atividades produtivas, perda da importância da agricultura e esvaziamento da população pela saída de pessoas mais jovens do meio rural. Isso se reflete na perda de dinamismo do comércio e de atividades urbanas, conseqüentemente na baixa capacidade de geração de impostos, deficiências no atendimento das demandas da população, levando à baixa capacidade de investimentos e de criação de empregos.

O futuro próximo deste círculo vicioso tende à perda de competitividade de grande parte dos produtores rurais; desvalorização dos imóveis; e concentração da produção nas unidades produtivas mais tecnicizadas, contrastando com atividades de subsistência nos imóveis menores com forte dependência de subvenções sociais (como cesta básica), ou de outras fontes de renda não agrícolas ou simplesmente transformando-se em propriedades de lazer para pessoas de outras regiões. Como atualmente já acontece, as unidades produtivas competitivas que restam optam por compra de insumos, máquinas e equipamentos fora do município, reforçando a perda de dinamismo econômico do município. O baixo nível de atividades pressionará no sentido da saída da população não só do meio rural de Entre Rios de Minas, como da própria área urbana estagnada.

Com vistas a superar este cenário negativo para o município, o Plano Diretor centra

como ponto fundamental no aumento da capacidade de geração de renda e emprego das atividades rurais, agrícolas e não agrícolas, com base na verticalização e diversificação da produção para diminuir a dependência à monocultura do leite, com base no aproveitamento do potencial local para busca de soluções integradas e na valorização da cultura local.

Com este propósito, espera-se que o cenário dos próximos anos de Entre Rios de Minas se apresente com a pujança do agronegócio com um espectro diversificado e competitivo de cadeias agroindustriais dentro do município com produtos de alto valor agregado, fortes relações das unidades produtivas com os demais setores do município (comércio, serviços e indústrias), com efeitos positivos sobre os investimentos, impostos, empregos e a própria relevância política e social do município e da região. Em suma, inserir Entre Rios de Minas num círculo virtuoso de desenvolvimento econômico sustentável.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de diagnósticos e de cenários futuros utilizando-se o sistema PDAM mostrou que este pode ser um instrumental a serviço da comunidade e poder local, para subsidiar na seleção de prioridades e tomadas de decisões,

para efeito de políticas públicas municipais.

Da experiência adquirida no processo de acompanhamento da pesquisa nos municípios pode-se afirmar que são inúmeras as diferenças que poderiam ser levantadas entre as comunidades das duas localidades, mas é importante destacar dois aspectos fundamentais: primeiro, respeitar as características e a cultura local, procurando ajustar as alternativas de desenvolvimento ao perfil e à realidade concreta do produtor e, segundo, ter sempre em vista que, para o desenvolvimento ser implementado de forma permanente e sustentável, é imprescindível articular os segmentos sociais, para constituir um mecanismo formal para as tomadas de decisões no município.

Portanto, para consolidar um plano de desenvolvimento rural é fundamental a participação efetiva da comunidade e do poder local, assim como das empresas, das cooperativas e das associações porque somente assim as decisões tomadas terão legitimidade perante a comunidade local, que também estarão mais motivados a acompanhar e avaliar as ações executadas - uma substancial garantia da efetiva aplicação dos recursos públicos. Daí a necessidade da elaboração de um plano diretor agrícola, com a participação da sociedade local, para nortear a ação relativa ao desenvolvimento rural do município.

LITERATURA CITADA

- ÂNGELO, José A. et al. **PDAM – sistema de suporte para a elaboração de plano diretor agrícola municipal, versão 1.0:** manual do usuário. São Paulo: IEA/Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática, 1998. 200p.
- CARVALHO, Yara M. C. de. O desenvolvimento social: novas perspectivas internacionais? **Informações Econômicas**, São Paulo, v.26, n.4, p.66-68, abr. 1996.
- CENSO DEMOGRÁFICO – São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, 1970, 1991, 1996.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: IMESP, 1989. 48p.
- DOWBOR, Ladislau. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, S. C. **Desenvolvimento local e geração de emprego e renda**. São Paulo: Polis, 1996. 160p.
- _____. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 85p. (Coleção Primeiros Passos, n.285).
- FERREIRA, L. C. A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local. In: FERREIRA, L.; VIOLA, E. (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- MARTIN, Nelson B. et al. Subsídios para elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal. **Informações Econômicas**, SP, v.31, n.1, jan. 2001.

cas, São Paulo, v.28,n.4, p.33-45, abr. 1998.

MONTEIRO, Yara D. P. et al. **Subsídios para a elaboração do Plano Diretor**. São Paulo: CEPAM, 1990. v.1, p.1-39.

MORRINSON, Roy. **Ecological democracy**. Boston: South End Press, 1995.

OTANI, Malimiri N.; SOUZA, Maria C. M. de. Influência do poder local em programas de desenvolvimento rural sustentado. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 3., Florianópolis, SC, 1998. **Anais...** Florianópolis, 1998. 1 CD-ROM.

UM INSTRUMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: o sistema PDAM, em Dourado (SP) e Entre Rios de Minas (MG)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo mostrar o resultado de pesquisas realizadas utilizando-se o Sistema PDAM nos municípios de Dourado (SP) e Entre Rios de Minas (MG). Como resultado destaca-se a importância do Sistema como instrumental que pode auxiliar na elaboração do diagnóstico sócio-econômico e tecnológico do setor rural de cada município. A base de dados consolidada fundamenta a implementação de políticas públicas diferenciadas, conforme as reais necessidades de cada município, e potencializa as ações de estímulo ao desenvolvimento rural local.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, plano diretor agrícola municipal, banco de dados municipal, poder local, planejamento rural municipal, diagnóstico sócio-econômico.

COUNTY AGRICULTURAL PLAN TOOL FOR RURAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: This work has as main subject to present the result of research made using the Municipality Agricultural Director Plan (PDAM) System in Dourado county, Sao Paulo, and Entre Rios de Minas, Minas Gerais. The importance of the system is highlighted, as a support tool to elaborate a techno-socio-economic diagnosis in the rural milieu of each county. The consolidated database justifies the implementation of differentiated public policies according to the real needs of each county, and potentialises fostering action on local rural development.

Key-words: rural development, municipality agricultural director plan, municipality database, local power, county rural planning, socio-economic diagnosis.

Recebido em 09/10/2000. Liberado para publicação 05/12/2000.